

A difícil tarefa de alfabetizar sem deseducar



Arquivo Porantim

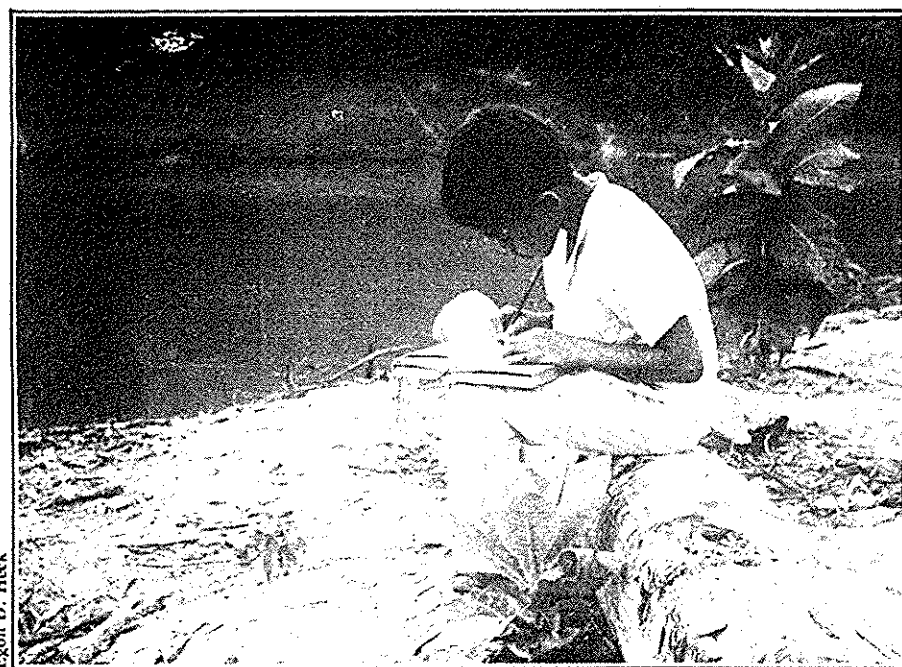
Na educação indígena o objetivo maior é a continuidade dos valores considerados fundamentais para o grupo

Alfabetização não é sinônimo de educação. Se fosse, as sociedades indígenas não teriam conseguido, através da tradição oral, transmitir a rica herança cultural de que são donos. Mas, hoje, saber ler e escrever é, para o índio, uma necessidade, uma forma de defender sua língua, sua maneira de viver — e, até, sua própria terra. Assimilar a alfabetização é não ser assimilado. O difícil é o educador conseguir alfabetizar sem deseducar; o desafio é ensinar a escrita e a leitura como técnicas suplementares para resolver os problemas trazidos pelo branco

“Xe Parama’eäwa” (cartilha em língua tapirapé) ou “Caminho Suave”? A dúvida poderia ser também sobre o uso ou não do giz, do quadro-negro, da carteira e tudo o mais que uma escola “normal” possui. Ora, diriam alguns educadores, escola indígena não é o mesmo que escola pra índios. Quem não entende

isso, coloca o Português no início da alfabetização para alunos que ainda não falam essa língua. Brinca-se então de faz-de-conta: o professor imagina que está ensinando, o aluno diz que está aprendendo e todo mundo fica feliz. Mas o professor que achava estar ensinando cai na rotina e desiste de dar aula; o aluno que dizia estar aprendendo se cansa e não volta mais pra escola; e a Funai continua a ignorar a situação.

O caso, porém, tem solução. É por isso que se fala em educação específica. Diz Bartomeu Meliã, antropólogo e missionário jesuíta: “Cada um desses povos indígenas tem, de fato, uma história que faz com que eles sejam hoje verdadeiras nações, diferente uma da outra. Então são grupos específicos porque a língua é específica, a cultura é específica e até a economia, o sistema de parentesco, o modo de aldeamento e o sistema social são específicos. Então, a especificidade que mais chama a atenção não é o aspecto físico, embora alguns pensem que alguém é índio porque parece índio; não parecendo índio já não é mais índio”. Como diria Marina Kahn, que já trabalhou com vários grupos indígenas, especificidade é cosmovisão, é universo simbólico, é código, é linguagem, é percepção de mundo, enfim, de cada grupo.



Egon D. Heck

A necessidade de alfabetização surgiu somente após o contato com a sociedade branca

JOSÉ DE ANCHIETA

Sabe-se lá se Anchieta, quando catequizava os índios do litoral, no século XVI, tinha alguma idéia sobre isso. Mas ele percebeu o quanto eram importantes, na vida dos índios, a música, a dança, o canto e as festas rituais. Por isso, ele, para catequizar, começou a compor autos, gênero teatral onde as “virtudes” e os “pecados” são muito bem representados. Num deles, o do Natal, escrito na língua tupi, há dois diabos com nomes de chefes indígenas: Guaxará e Aimberé. Num determinado momento da estória, os dois festejam por ter conquistado a aldeia, e Guaxará induz seus habitantes a todos os “vícios”:

“É bom caçar, enfeitar-se e tingir-se de vermelho; e corpos e pernas pintar-se, fumar e todo emplumar-se e ser curandeiro velho.”

Isso aí também é educação indígena. Quem diz pra quê, é o Pe. Armando Cardoso, estudioso da obra do “apóstolo do Brasil”: “Para erguer o índio a um grau de cultura mais elevado”. Infelizmente, parece que ninguém disse a ele que os povos indígenas possuem um sistema educacional próprio, de onde deve nascer qualquer tentativa de escolarização. Querer adaptar a nossa escola para essas comunidades é fazer o mesmo que Anchieta.

ESCOLA, UMA NECESSIDADE

E quem iria pensar que, um dia, os povos indígenas desejariam ter escolas? Agora é uma necessidade. Para muitos grupos, saber ler e escrever é uma maneira de se defenderem, de poderem dizer que são diferentes, que falam outra língua e têm outra cultura. Mas isso, em escolas com currículos adequados à realidade social, cultural e histórica de cada grupo.

Nada disso é impossível. Experiências onde a educação indígena não fi-

ca só na escola, mas está no dia-a-dia da comunidade, não faltam (ver página 9). E o governo federal é quem deveria assegurar e fortalecer as escolas já existentes, através do Ministério da Educação. Em geral, quando é o estado ou o município que controla as escolas indígenas, os professores são ruins e não há material didático adequado. Sem contar que, municipalizando a escola, os interesses políticos e econômicos locais interferem mais facilmente na vida da aldeia.

Certo que a oficialização das escolas pode ser o caminho, já que algumas estão totalmente abandonadas pela Funai. Mas outras não. E como o Ministério da Educação não possui pessoas capacitadas para assumir as escolas, a saída “é exigir, num primeiro momento, que se coloquem determinadas bases e diretrizes do que deve ser uma educação indígena autêntica”, como fala Ruth Monserrat, linguísta e membro do Grupo de Estudos sobre Educação Indígena, coordenado pelo Cimi e UNI (União das Nações Indígenas). “Só depois, então, é que seriam reconhecidas aquelas escolas que de fato estão de acordo com as exigências”. As que já existem serviriam de base, de projeção para novas escolas.

Quando se pensa em oficialização, se pensa que as escolas indígenas vão ser atreladas ao sistema oficial vigente no país. “Não é isso que a gente está pretendendo”, explica Ruth Monserrat. “A gente está pretendendo o reconhecimento justamente da especificidade da escola indígena, que atenda aos reais interesses das comunidades”.

Por isso tudo é que, mais urgente que discutir se o Ministério da Educação assumiria financeiramente as escolas indígenas, é regularizar as já existentes: as que são ligadas às missões religiosas ou aos municípios. Todas autorizadas pela Funai. Foi daí que nasceu o caos.

O ensino bilingüe na educação escolar

Que seja feita a educação indígena. Se não é assim, pelo menos é o desejo de muita gente. Mas, para muitos “educadores”, alfabetizar grupos indígenas em português e na língua materna só faz sentido quando o ponto final é a integração. Para os participantes, do Grupo de Estudos sobre Educação Indígena, no documento do último encontro, realizado dias 3 e 4 de maio deste ano, em Brasília, “o ensino bilingüe jamais será concebido como mera ponte para facilitar a passagem ao ensino oficial ministrado em português”. Sobre isso,

Bartolomeu Meliã, um dos integrantes do Grupo, é taxativo: “Quando vejo um missionário cuja ideologia e o modo de ser são contrários ao índio, fico tranquilo se ele não sabe a língua do grupo. Se ele sabe a língua, os desastres que irá provocar serão maiores, pois ele está em condições de introduzir ideologias muito mais rapidamente e mais perigosamente”. Meliã deixa claro: o ensino bilingüe que está sendo proposto “é aquele que pretende ensinar uma nova língua sem detrimento da outra”.

6 de novembro

Por que se ensina a ler e a escrever

Educação indígena pode ser integração: o que os missionários das New Tribes Missions, que congregam várias igrejas evangélicas de origem norte-americana, fazem na aldeia do Piau, no médio Juruá (AM), é convencer os índios Kulina que os problemas deles só serão resolvidos quando se tornarem cristãos. Mas educação indígena pode ter outro sentido. Na experiência de escola desenvolvida pelo Cimi e Opan (Operação Anchieta) junto aos Mynky, no Mato Grosso, a alfabetização é na língua materna, introduzindo aos poucos conhecimentos novos, de forma harmônica com a visão de mundo tradicional do grupo.

É assim também com os Tapirapé. Em 1973, quando surge a escola na única aldeia desse povo, em Santa Terezinha (MT), o que a comunidade queria era adquirir conhecimentos do "mundo branco" para poder discutir na Funai seus problemas de terra e comercializar seus produtos sem serem roubados. Professores ligados à Prelazia de São Félix do Araguaia, através das Irmãs de Jesus, que vivem com os Tapirapé desde 1952, assumiram a escola. As primeiras turmas eram compostas principalmente de adultos — homens e mulheres. Hoje, a escola tem 60 alunos só na faixa dos 7 aos 19 anos, numa população de 213 pessoas.

Nos últimos anos, como a comunidade manifestou o desejo de que sua escola tivesse o mesmo "valor" que as outras da região, a Prefeitura de Santa Terezinha reconheceu em 7 de fevereiro de 1983, como municipal a escola dos Tapirapé. Só que, com isso, ela tem de funcionar como qualquer outra. Mas o plano de Educação do Estado do Mato Grosso prevê que a educação indígena deve ser distinta para cada um dos povos, levando-se em conta uma certa diversidade de modelos educativos. Assim, está sendo proposto à Secretaria de Educação do Estado o reconhecimento da escola tapirapé como Escola Indígena.

A alfabetização, entre o grupo, é feita na língua tapirapé, através da cartilha "Xe Parama'eäwa" (Meu instrumento de aprendizagem). Em todas as fases, o aluno é incentivado a escrever sobre o seu dia-a-dia. Na época do urucum, por exemplo, eles redigem sobre a colheita, o preparo da tinta e a sua utilização. Se o estudo é sobre os mitos do grupo, eles são gravados com os índios mais velhos da aldeia e depois ouvidos e reproduzidos em desenhos. Os alunos maiores estão, atualmente, elaborando um dicionário Tapirapé-Português e Português-Tapirapé.

BABEL AMAZÔNIA

O padre Antônio Vieira, que viveu no século XVII, comparou a Amazônia à Torre de Babel, pelo número de línguas e povos da região. Os missionários das New Tribes Missions, que mantêm uma escola junto aos Kulina da aldeia do Piau, no médio Juruá (AM), devem ter levado esse comentário a sério. Para eles, o grupo deve deixar de lado seus costumes mais tradicionais. Nessa tentativa de transformar os Kulina em "civilizados", não só deixam de agir contra o esquema de produção de borracha a que os in-

dios estão amarrados, como chegam a servir de intermediários entre os seringalistas e a comunidade indígena. Já nas escolas ligadas às prefeituras municipais, a alfabetização, quase sempre, tem fins somente eleitoreiros.

Quando o Cimi iniciou seu trabalho com os Kulina do rio Purus, do rio Juruá e do Igarapé Envira (AC), depois da metade dos anos 70, os próprios índios começaram a manifestar interesse em assumir as escolas das aldeias. Por isso, a preocupação em formar professores da própria comunidade. Em 1980, com os mesmos objetivos, chegaram à região missionários da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Em dezembro do ano passado, foi realizado o primeiro curso de monitores Kulina. Os objetivos foram, entre outros, a unificação da ortografia kulina — já que o Summer Institute of Linguistics, que também atua na região, e as New Tribes Missions adotaram grafias diferentes; e o conhecimento básico da aritmética, necessário para a participação desse povo indígena na economia regional.

CARTILHA TIKUNA

A primeira experiência com escola que tiveram os Tikuna, que habitam uma faixa de quase 400 quilômetros no rio Solimões (AM), foi no século XVII, quando uma parte do grupo foi levada para as aldeias da missão jesuíta dirigida pelo padre Samuel Fritz. A missão fracassou. Alguns Tikuna convertidos ao cristianismo voltaram às suas áreas tradicionais e outros foram para as periferias dos municípios próximos.

Com o surto da borracha no final do século passado, as terras dos Tikuna começaram a ser invadidas por seringueiros. Ao mesmo tempo, eles eram transformados em mão-de-obra dos seringalistas. Como não entendiam a contabilidade e pouco sabiam da língua portuguesa, acabaram sendo atrelados aos donos dos seringais, trabalhando sem remuneração.

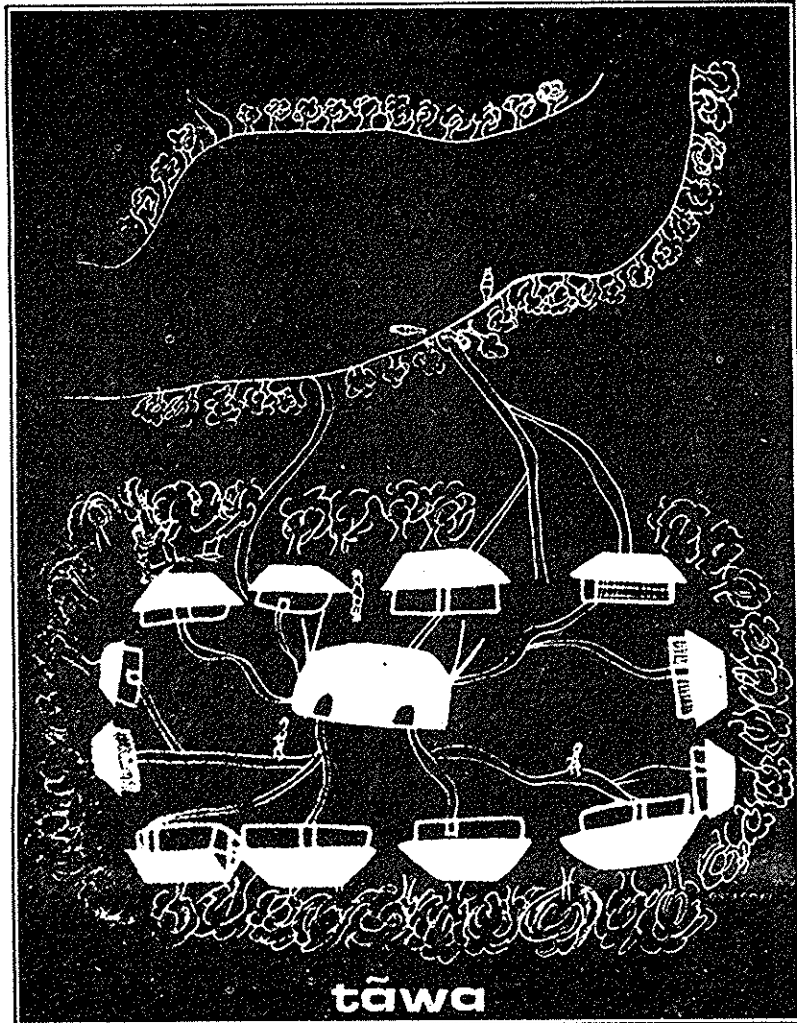
Até o início da década de 70, houve várias tentativas de educação escolar junto aos Tikuna. Todas elas sem nenhum aproveitamento real para o grupo, já que simplesmente era reproduzido nessas escolas o ensino oficial.

Mas em 1975 ocorreu o momento mais importante para o grupo em sua experiência escolar. No Posto Indígena Vendaval eles mesmos construíram uma escola. O antigo patrão, dono de um seringal na área, tentou levar para a escola uma pessoa de sua família para ser professora. Os Tikuna não a aceitaram, colocando para dar aula um monitor da própria comunidade. Outras escolas como essa foram surgindo.

Com o passar do tempo, os professores Tikuna foram sentindo falta de material adequado à sua realidade. Por isso, alguns deles se propuseram a elaborar uma cartilha na língua tikuna. Com várias reuniões e estudos durante os anos de 1983 e 1984, com a participação do Cimi, da Opan (Operação Anchieta) e de uma lingüista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o trabalho começou a tomar forma. E, finalmente, em 1985, a cartilha foi publicada pela Secretaria de Educação do Amazonas.



Texto do livro de histórias dos Kulina



Página da cartilha tapirapé: "Xe Parama'eäwa"